

Lance Griffiths

Prof. Jones

PORT 459R

12 de dezembro de 2024

### **Governo de terror**

No Brasil, um país rico em natureza e diversidade cultural, a prosperidade econômica continua sendo um sonho distante para milhões de cidadãos. Apesar de ser uma das maiores economias da América Latina, o país enfrenta uma desigualdade imensa, corrupção política e obstáculos burocráticos que impedem o crescimento econômico. Isso não é apenas uma questão de má gestão de políticas—é uma violação dos direitos humanos.

Quando o governo, por meio da corrupção e da ineficiência, nega ao seu povo a chance de melhorar suas condições econômicas, está infringindo seu direito básico de buscar felicidade e segurança financeira. No Brasil, uma longa história de políticos corruptos, juízes que agem em benefício próprio e políticas horríveis criou um ambiente onde sair da pobreza é quase impossível para o cidadão comum. Essas questões sistêmicas fazem mais do que paralisar as oportunidades econômicas; perpetuam ciclos de pobreza e desamparam as próprias pessoas que o governo deveria proteger.

São três aspectos críticos de como a corrupção e a má governança no Brasil criaram limites ao progresso econômico. Primeiro, vamos examinar o papel de políticos, juízes e líderes locais que abusaram de suas posições de poder para injustamente ganhar. Em seguida, vamos analisar os efeitos prejudiciais de certos programas de assistência social e regulamentos trabalhistas que, em vez de aliviar a pobreza, têm aprisionado muitos em uma dependência econômica. Finalmente, vamos discutir as complexidades burocráticas e os altos impostos que

sufocam os pequenos negócios, os quais fazem quase impossível que empreendedores tenham sucesso sem se tornar corruptos.

Corrupção é destrutiva, não apenas rouba dos indivíduos sua capacidade de prosperar, mas também toma a dignidade e a liberdade que vêm com a independência econômica. Esse pecado é uma das maiores impedimentos ao progresso econômico no Brasil, enraizada tanto nas altas esferas do poder quanto nos governos locais. Políticos de todos os tipos têm abusado de seus cargos para enriquecimento pessoal, frequentemente à custa de recursos públicos que deveriam ser usados para melhorar a vida da população.

Nos últimos anos, escândalos como o Escândalo dos Sanguessugas expuseram o quão profundo é o problema. Em 2006, dezenas de deputados foram implicados em esquemas de desvio de verbas públicas destinadas à compra de ambulâncias para o sistema de saúde (Retrospectiva 06). Ao invés de direcionar os recursos para salvar vidas, esses políticos utilizaram contratos inflacionados e faturas fraudulentas para enriquecerem.

Outro aspecto crucial é a corrupção no Judiciário, onde alguns juízes têm usado seus cargos para proteger figuras poderosas e ricas. Um caso notório entre 1995-1998 é o do juiz Nicolau dos Santos Neto, que desviou milhões de reais destinados à construção de um tribunal trabalhista em São Paulo (Escândalo 21). O projeto, que deveria servir à justiça, se tornou um símbolo de como o próprio Judiciário pode ser corrompido. E existem mais operações como a Operação Anaconda, que prendeu juízes federais, revelaram um esquema de venda de sentenças para favorecer traficantes de drogas e políticos corruptos. Casos como o de João Carlos da Rocha Mattos, preso por vender decisões judiciais, mostram como a corrupção judicial perpetua a impunidade e desmoraliza o sistema de justiça brasileiro.

Ex-presidentes como Fernando Collor de Mello e Michel Temer foram acusados de envolvimento em escândelos de corrupção de grande escala. Mello teve problemas com a administração dele quando seu tesoureiro P.C. Ferias usou os fundos da campanha inapropriadamente (Escobar 24). Temer foi envolvido em operação lava jato e foi pago um milhão de reais para dar contratos para negócios de construção (Kaiser 19). Governadores também são corruptos como Sérgio Cabral, do Rio de Janeiro. O caso de Cabral é emblemático—enquanto ele acumulava riqueza com operação lava jato igual Temer, o estado do Rio enfrentava crises financeiras e atrasos nos pagamentos de servidores públicos.

Quando líderes políticos desviam recursos públicos ou manipulam as leis para enriquecer, eles não apenas quebram a confiança da população, mas também minam as oportunidades econômicas de milhões de brasileiros. A má gestão dos recursos e a proteção dos corruptos no sistema judicial transformam a prosperidade econômica em um sonho distante para grande parte da população. Embora muitas propostas tenham sido feitas para combater a corrupção no Brasil, a própria presença da corrupção impede a implementação de tais soluções. No entanto, ainda há esperança. Erradicar a corrupção pode começar com apenas um presidente que coloque os direitos humanos da população como base de suas políticas. Embora isso não elimine totalmente a corrupção, medidas como a aprovação de leis de proteção a denunciante pelo Congresso, a nomeação de pessoas qualificadas para o Tribunal de Contas da União (TCU), mudar o TCU e a Controladoria-Geral da União (CGU) mais independentes e transparentes, garantir orçamentos estáveis para essas instituições e emendar a constituição para criar comitês independentes para nomeações judiciais ou reestruturar os órgãos anticorrupção são todas soluções extremamente improváveis. A razão é simples: o nível de corrupção entre os deputados faz essas reformas praticamente impossíveis de realizar.

Por isso, as soluções mais práticas estão nas mãos do presidente. É muito mais fácil eleger uma pessoa comprometida com a justiça do que garantir uma maioria no Congresso disposta a aprovar essas reformas. Infelizmente, o fato de que nem presidentes passados nem o atual implementaram essas mudanças aponta para a dificuldade de encontrar até mesmo um líder verdadeiramente honesto.

Ainda assim, um presidente com as intenções corretas pode causar um impacto significativo. Primeiro, o presidente pode nomear um líder confiável para comandar a CGU— não necessariamente da lista tradicional, mas alguém com integridade—e instruir ele a implementar os mais altos padrões de transparência e auditorias regulares dentro da CGU. Essa pessoa também seria responsável por estabelecer políticas difíceis de serem revogadas, garantindo continuidade e fazendo politicamente custoso para administrações futuras desfazer essas reformas. Assim que a CGU seja limpa, o diretor vai ter a capacidade de demitir ou processar aqueles envolvidos na corrupção dentro da agência, permitindo que a CGU audite de forma mais eficaz outras instituições governamentais. Ao fazer auditorias internas regulares, a CGU poderá manter a integridade dela e operar com eficiência.

Além disso, o presidente poderia emitir uma ordem executiva mudando o Poder Executivo para ficar extremamente transparente. Embora isso possa não resolver diretamente a corrupção dos outros dois poderes, serviria como um modelo de responsabilidade e poderia inspirar reformas mais amplas. O presidente também deve convidar organizações internacionais de auditoria terceirizadas para revisar periodicamente o Poder Executivo, adicionando outro nível de supervisão.

O presidente também precisa colaborar com o Ministro da Justiça e Segurança Pública. Ao nomear uma pessoa excepcional para essa posição, o presidente garantiria que a Polícia

Federal siga padrões rigorosos de transparência e auditoria. Esse ministro também seria responsável por fazer auditorias rigorosas das unidades policiais locais, que muitas vezes são acusadas de corrupção. Algo parecido aconteceu enquanto David Cameron era o Primeiro-ministro do Reino Unido quando ele mandou o governo dele para divulgar para o público informações sobre dinheiro gastado, deixando tudo bem aberto para os cidadãos verem os mesmos o que está acontecendo com o dinheiro do seu governo (Cameron 11).

Se auditorias regulares forem realizadas e a transparência for mantida no nível mais alto, um presidente íntegro, juntamente com dois nomeados de confiança, poderia reduzir significativamente a corrupção no Poder Executivo e nas forças policiais. Isso representaria um passo crucial para restaurar os direitos humanos econômicos ao povo.

Mas, enquanto combater a corrupção é essencial, o que fazer em relação às políticas prejudiciais que já estão em lugar?

Embora muitos programas de assistência social no Brasil sejam criados com a intenção de reduzir a pobreza, a maneira como são implementados muitas vezes agrava os problemas econômicos do país. O mais notório desses programas é o *Bolsa Família*, um programa de transferência de renda que tem como objetivo fornecer uma rede de segurança para famílias em extrema pobreza. Embora o *Bolsa Família* tenha tido um impacto positivo em curto prazo, reduzindo a fome e melhorando indicadores de saúde, ele também cria efeitos colaterais indesejados que dificultam o crescimento econômico a longo prazo.

Um dos maiores problemas é a dependência que tais programas podem gerar. Em muitos casos, os beneficiários do *Bolsa Família* e de outros auxílios sociais enfrentam uma escolha difícil: aceitar um emprego formal e perder o benefício ou permanecer desempregados e continuar recebendo assistência financeira. Para muitas famílias, o valor da assistência acaba

sendo mais seguro do que os salários oferecidos no mercado de trabalho, especialmente em regiões onde os empregos formais são escassos. Como resultado, uma parcela significativa da população fica presa em um ciclo de dependência do governo, sem incentivo para buscar emprego formal e contribuir ativamente para a economia.

Além disso, as rígidas regulamentações trabalhistas no Brasil tornam ainda mais difícil para as empresas contratar novos funcionários. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que foi concebida para proteger os direitos dos trabalhadores, também faz o custo de contratação e demissão extremamente alto para os empregadores. Isso resulta em taxas elevadas de desemprego e no crescimento da economia informal, onde os trabalhadores não têm garantias ou proteções legais. Isso agrava ainda mais a pobreza, pois os trabalhadores informais não têm acesso aos benefícios sociais e permanecem vulneráveis à exploração.

As políticas econômicas e fiscais instáveis também contribuem para a pobreza de longo prazo. A inflação, que tem sido uma presença constante na economia brasileira, prejudica os mais pobres de maneira desproporcional, corroendo o poder de compra e aumentando o custo de bens essenciais. Em momentos de crise econômica, como durante a recente pandemia de COVID-19, o governo foi forçado a expandir os programas de auxílio emergencial. Embora essa medida tenha sido necessária em curto prazo, a falta de planejamento a longo prazo e a dependência contínua desses programas resultam em uma dívida pública crescente, o que limita a capacidade do país de investir em infraestrutura e desenvolvimento econômico.

Por questões de brevidade, não vamos admirar o Fundo de Pensão do Governo da Noruega e propor algo semelhante para ajudar a resolver a dívida brasileira a longo prazo e financiar o futuro (embora essa fosse uma excelente solução, especialmente porque a dívida brasileira permanece abaixo de 2 trilhões de dólares). No entanto, devemos discutir uma solução

mais eficaz para o problema mencionado, o excesso de gastos do governo, que resulta em alimentar o brasileiro mensalmente em vez de ensinar ele a pescar, por assim dizer.

O Brasil gasta cerca de 2,5% de seu orçamento anual no Bolsa Família, e o programa, de fato, é excepcional para alimentar famílias necessitadas. No entanto, talvez esses recursos pudessem ser transferidos gradualmente para iniciativas que gerassem resultados mais sustentáveis.

Olhando para a República da Coreia (Coreia do Sul), vemos um país com praticamente nenhum recurso natural, mas que está se saindo excepcionalmente bem graças ao seu investimento em educação. A Coreia tem investido pesado na educação nas últimas três décadas. Como resultado, a renda mediana das famílias sul-coreanas aumentou 47,2% entre 2013 e 2022, o que representa cerca de 4,7% ao ano. Comparativamente, o Brasil, no mesmo período (2010 a 2021), apresentou um aumento de apenas 19,4%, ou seja, um crescimento de 1,9% ao ano na renda mediana.

Ao contrário da Coreia, o Brasil é rico em recursos naturais. Portanto, imagine o que mais investimentos em programas educacionais poderiam fazer pelo Brasil. Seu potencial, ao menos no papel, é superior ao da Coreia do Sul. Em 2012, a taxa de matrícula no ensino superior da Coreia era de 72%, enquanto a do Brasil em 2022 foi de 60%. Isso demonstra o espaço para crescimento no setor educacional brasileiro.

Além disso, o investimento em infraestrutura, como faz a China, poderia conectar as áreas rurais do Brasil a centros econômicos lucrativos, potencializando o comércio e a mobilidade de mão de obra. Esses investimentos em infraestrutura também poderiam reduzir o desemprego de 2% a 3%, já que obras de infraestrutura precisam grande quantidade de mão de obra.

Outro exemplo relevante vem do programa "Oportunidades" do México, que mostra que investimentos em educação e empregos geram retornos melhores do que pagamentos diretos em dinheiro. Isso sugere que uma transição gradual do Bolsa Família para investimentos em educação, infraestrutura e empregos pode, no longo prazo, resultar em maior crescimento econômico, redução da pobreza e aumento da renda mediana das famílias brasileiras (Soares).

Essas políticas que estão sendo praticado hoje em dia criam um círculo vicioso: ao invés de empoderar os cidadãos e incentivá-los a melhorar suas condições de vida por meio do trabalho e da educação, muitos programas sociais e regulamentos trabalhistas contribuem para manter a população na pobreza. Em última análise, o direito humano ao desenvolvimento econômico é negado quando o governo cria um sistema que, embora bem intencionado, priva as pessoas da oportunidade de alcançar a independência financeira.

Além da corrupção e das políticas econômicas mal implementadas, o ambiente burocrático brasileiro representa outro grande obstáculo ao desenvolvimento econômico e, portanto, uma violação dos direitos humanos fundamentais. A dificuldade em abrir e operar um negócio legalmente no Brasil é notória, com complexos sistemas tributários e regulamentações que sufocam o empreendedorismo e desincentivam o crescimento de pequenas e médias empresas. Isso cria um obstáculo significativo para os cidadãos que buscam melhorar as condições econômicas deles por meio do trabalho honesto e inovador.

Um dos principais problemas enfrentados pelos empreendedores é a burocracia excessiva. De acordo com o relatório "Doing Business" do Banco Mundial, o Brasil está consistentemente classificado entre os países mais difíceis para se abrir um negócio, com o processo podendo levar meses para ser concluído. A quantidade de documentos exigidos, licenças e aprovações torna o processo tão demorado e complicado que muitos pequenos

empreendedores acabam desistindo ou recorrem à economia informal e ilegal. A informalidade, porém, deixa os trabalhadores e empresários sem acesso a direitos legais, assistência social, ou linhas de crédito, o que perpetua a vulnerabilidade econômica.

Outro problema significativo é a alta carga tributária. O sistema tributário brasileiro é extremamente complexo, com impostos federais, estaduais e municipais que variam de acordo com o tipo de negócio e a região. Impostos como o “ICMS” (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) pesam desproporcionalmente sobre pequenas empresas, que não possuem a mesma capacidade de grandes corporações para navegar as nuances fiscais e contratar contadores especializados. Além disso, o tempo que um pequeno empresário precisa gastar para lidar com o cumprimento das obrigações fiscais e regulatórias é enorme, tomando tempo que poderia ser investido no crescimento e inovação do negócio.

Essa burocracia também contribui para o surgimento de práticas corruptas. Diante de processos extremamente lentos e custos elevados, muitos empresários se sentem forçados a pagar propinas ou encontrar atalhos ilegais para manter seus negócios funcionando. Isso não só perpetua a corrupção, mas cria um ciclo onde a honestidade se torna uma desvantagem competitiva no ambiente de negócios brasileiro. Empresários que tentam seguir as regras enfrentam dificuldades quase intransponíveis para crescer, enquanto aqueles que recorrem à corrupção muitas vezes se beneficiam de um sistema quebrado.

A burocracia cria uma cultura onde as oportunidades econômicas são limitadas apenas àqueles que conseguem superar as barreiras administrativas ou que têm os recursos para pagar advogados e contadores caros para lidar com o labirinto de regulamentações. Para a maioria dos brasileiros, especialmente os de classes mais baixas, a burocracia e os altos impostos negam a eles o direito de buscar a prosperidade econômica através de meios legais e éticos. Isso se traduz

em uma violação direta de seus direitos humanos, pois um sistema que deveria permitir o progresso acaba restringindo o acesso ao mercado e perpetuando a desigualdade.

O governo pode concertar tudo isso se reduzam as regulamentações. Além disso, deveriam ser implementados cortes de impostos e a burocracia exigida das pequenas empresas deveria ser reduzida quase por completo.

Um país vizinho que aplicou essa estratégia de forma bastante rigorosa foi a Argentina sob o governo de Javier Milei. A burocracia se acumulou por tanto tempo que, ao assumir o cargo, Milei precisou adotar reformas econômicas ousadas, incluindo a demissão de dezenas de milhares de funcionários públicos com o objetivo de controlar a inflação.

No curto prazo, isso levou a altas taxas de desemprego e uma economia em retração, mas os benefícios de longo prazo estão começando a surgir. Em vez de promover um crescimento econômico artificial impulsionado pelo governo, foram criados incentivos para que as empresas prosperem e impulsionem a economia da Argentina. O mais impressionante é que a inflação, que estava em 25% ao mês, caiu para 3% ao mês, e isso é apenas o começo.

Embora o presidente argentino ainda tenha uma dívida significativa para controlar, o governo finalmente alcançou um orçamento equilibrado e, pela primeira vez em muito tempo, um superávit fiscal. A Argentina é um exemplo extremo, mas se o Brasil implementasse estratégias semelhantes, como cortar desperdícios e auditar a burocracia governamental, os efeitos de curto prazo não seriam tão severos quanto os da Argentina. No longo prazo, o Brasil poderia se tornar uma economia sustentavelmente forte e eficiente.

O direito à prosperidade econômica é um direito humano fundamental. Negar às pessoas a chance de melhorar suas condições de vida por meio de um trabalho honesto e legal, seja por meio de corrupção sistêmica ou de regulamentações desproporcionais, priva os cidadãos de sua

dignidade e liberdade. Para que o Brasil alcance seu verdadeiro potencial, é essencial que o governo e a sociedade abordem esses problemas com seriedade, garantindo que todos tenham a oportunidade de prosperar de maneira justa e equitativa. Somente assim poderemos construir uma nação onde o desenvolvimento econômico seja uma realidade acessível a todos, e não um privilégio de poucos.

### Obras Citadas

- “Retrospectiva 2006: Cronologia Do Caso Sanguessugas.” *Notícias e Vídeos Do Brasil e Do Mundo*, g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,AA1380721-5601,00-RETROSPECTIVA+CRONOLOGIA+DO+CASO+SANGUESSUGAS.html. Accessed 18 Sept. 2024.
- “Escândalo Do TRT.” *Memoriaglobo*, 26 Oct. 2021, memoriaglobo.globo.com/jornalismo/coberturas/escandalo-do-trt/noticia/escandalo-do-trt.ghtml.
- “Cabral É Condenado a Mais 11 Anos de Prisão Por Propinas de R\$ 18 Milhões Em Contratos Do Der-RJ.” *GI*, 12 Jan. 2021, g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/01/11/cabral-e-condenado-a-mais-11-anos-de-prisao-por-propinas-de-r-18-milhoes-em-contratos-do-der-rj.ghtml.
- Fruttero, Anna. (PDF) *Evaluating the Impact of Brazil’s Bolsa Familia: Cash Transfer Programs in Comparative Perspective*, June 2020, www.researchgate.net/publication/236726233\_Evaluating\_the\_Impact\_of\_Brazil’s\_Bolsa\_Familia\_Cash\_Transfer\_Programs\_in\_Comparative\_Perspective.
- Newsroom, TBR. “What It Is like Being an Entrepreneur in Brazil?” *The Brazilian Report*, 15 Apr. 2019, brazilian.report/guide-to-brazil/2019/04/15/challenges-entrepreneurs-brazil/.
- Cameron, David. “Open Public Services: White Paper.” *GOV.UK*, GOV.UK, 30 June 2011, www.gov.uk/government/publications/open-public-services-white-paper.
- Escobar, Gabriel. *A Death’s Long Shadow - the Washington Post*, www.washingtonpost.com/archive/politics/1996/07/11/a-deaths-long-shadow/786b9d48-02d5-4751-8e50-3f4ac1cbd70f/. Accessed 26 Nov. 2024.

- Kaiser, Anna Jean. "Brazil's Former President Michel Temer Arrested in Corruption Investigation." *The Guardian*, Guardian News and Media, 21 Mar. 2019, [www.theguardian.com/world/2019/mar/21/brazils-former-president-michel-temer-arrested-in-corruption-investigation](http://www.theguardian.com/world/2019/mar/21/brazils-former-president-michel-temer-arrested-in-corruption-investigation).
- Gortázar, Naiara Galarraga. "Taxes in Brazil: A Baroque System That Punishes the Poor, While Rewarding Shareholders and the Rich." *EL PAÍS English*, 8 July 2023, [english.elpais.com/international/2023-07-08/taxes-in-brazil-a-baroque-system-that-punishes-the-poor-while-rewarding-shareholders-and-the-rich.html](http://english.elpais.com/international/2023-07-08/taxes-in-brazil-a-baroque-system-that-punishes-the-poor-while-rewarding-shareholders-and-the-rich.html).
- Statistics Korea. "Annual Median Household Income in South Korea from 2013 to 2022 (in Million South Korean Won)." *Statista*, Statista Inc., 29 Dec 2023, <https://www-statista-com.byu.idm.oclc.org/statistics/1112986/south-korea-median-household-income/>
- Republic of Korea, *Education, the Driving Force for the Development of Korea*, [http://www.koreaneducentreinuk.org/wp-content/uploads/downloads/Education\\_the-driving-force-for-the-development-of-Korea.pdf](http://www.koreaneducentreinuk.org/wp-content/uploads/downloads/Education_the-driving-force-for-the-development-of-Korea.pdf).
- "Median Household Income in Brazil (2010 - 2021, Purchasing Power Parity in Current International Dollars)." *GlobalData*, [www.globaldata.com/data-insights/macroeconomic/median-household-income-in-brazil/#:~:text=Brazil's%20median%20household%20income%20\(PPP,growth%20at%2003.9%25%20in%202021](http://www.globaldata.com/data-insights/macroeconomic/median-household-income-in-brazil/#:~:text=Brazil's%20median%20household%20income%20(PPP,growth%20at%2003.9%25%20in%202021). Accessed 12 Dec. 2024.
- Soares, Fábio Veras, Rafael Perez Ribas, and Rafael Guerreiro Osório. "Evaluating the Impact of Brazil's Bolsa Família: Cash Transfer Programs in Comparative Perspective." *Latin American Research Review* 45.2 (2010): 173–190. Web.

Sigal, Lucila. *Argentina's Mr Market Javier Milei Wants to Make Austerity Great Again* |

*Reuters*, [www.reuters.com/world/americas/argentinas-mr-market-javier-milei-wants-make-austerity-great-again-2024-12-09/](https://www.reuters.com/world/americas/argentinas-mr-market-javier-milei-wants-make-austerity-great-again-2024-12-09/). Accessed 13 Dec. 2024.